

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

LEI Nº 732

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 1997 e dá outras providências.

Ailton Laudelino Andrade, Prefeito Municipal de Angelina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º: O Orçamento do Município de Angelina para o exercício financeiro de 1997, será elaborado segundo as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º: O Orçamento para o exercício financeiro de 1997, abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e entidades de Administração Direta e Indireta.

Art. 3º: a previsão da receita e fixação das despesas serão orçadas para 1997 a preço de setembro de 1996.

_ 1º: No primeiro dia útil do exercício de 1997, estes valores poderão ser atualizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal com base no valor do IPC-R dos meses de agosto, setembro, outubro e novembro de 1996.

_ 2º: O saldo das dotações do orçamento definido no artigo 2º desta Lei, no último dia de cada mês, poderão ser corrigidas por ato do Poder Executivo Municipal, à conta do excesso de arrecadação, com base no IPC-R do mês imediatamente anterior ou no incremento da receita apurado em relação ao mês anterior, adotando-se sempre o menor índice entre os dois.

_ 3º: Havendo índice negativo ele será deduzido do mês subsequente.

Art. 4º: Na elaboração da Proposta Orçamentária do Município, para o exercício de 1997, observar-se-á as seguintes diretrizes gerais, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela legislação federal:

I - A despesa fixada não será superior a receita prevista;

II - Na estimativa das receitas considerar-se-á a arrecadação dos últimos dois

exercícios, a tendência das receitas no presente exercício, e os efeitos das alterações na legislação tributária ou recadastramento imobiliário;

III - Não poderão ser fixadas as despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos;

IV - Os projetos em fase de execução terão prioridade sobre os novos projetos, não podendo ser paralizados;

V - As despesas com serviço da dívida, pessoal e encargos terá prioridade sobre as ações de expansão;

VI - No exercício de 1997, o Município aplicará no mínimo 25% das receitas oriundas de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino, assegurando prioridade ao atendimento, das necessidades do ensino obrigatório.

VII - O Poder Executivo poderá realizar operações de Crédito de longo prazo no exercício de 1997, mediante autorização do Legislativo Municipal, com destinação específica e vinculada ao projeto;

VIII - Na Lei do Orçamento para 1997, poderá constar dispositivo autorizando a contratação de empréstimo por antecipação da receita;

_ Único: Para efeito do disposto no item VI, art. 4º desta lei, despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino são todas aquelas enquadráveis nos programas 41, 42, 43, 44, 45, 47 e 49 da classificação da funcional programática.

Art. 5º: O Poder Executivo está autorizado a firmar convênios com outras esferas de Governo, para execução de programas nas áreas de ação do município.

Art. 6º: As despesas com pessoal ativo e inativo da administração direta ou indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo, ficam limitados a 60% (secenta por cento) das receitas correntes, não consideradas aqui, aquelas oriundas de convênios.

_ 1º: No limite estabelecido neste artigo, incluem-se as despesas com remuneração de pessoal estatutário ou celetista, proventos de aposentados e pensões, obrigações patronais e remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

_ 2º: A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação ou alterações da estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta, autarquias e fundações, só poderão ser feitas se houver previsão orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas até o final do exercício, obedecido o limite fixado no "caput" deste artigo.

Art. 7º: A abertura de créditos adicionais suplementares será autorizada pela lei orçamentária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da despesa fixada a preços de janeiro de 1997.

Art. 8º: O orçamento para 1997 obedecerá a estrutura organizacional vigente à época da elaboração, compreendendo os órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações e fundos instituídos e mantidos pelo município.

Art. 9º: O orçamento assegurará recursos para a Reserva de Contingência, destinados a suplementar as dotações que apresentarem deficiência no decorrer da execução orçamentária, ou abertura de créditos especiais, cujo montante não será superior a 05% (cinco por cento) e nem inferior a 01% (um por cento) da despesa fixada.

_ Único: Não serão admitidas emendas no orçamento que impliquem na redução do limite mínimo previsto neste artigo, quando a fonte de recursos nelas indicada for a Reserva de Contingência.

Art.10º: Durante a execução orçamentária em 1997, o Executivo Municipal poderá solicitar autorização do Legislativo para incluir novos projetos ou atividades no orçamento, na forma de Crédito Especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, na forma do anexo único desta lei.

Art.11º: O Executivo Municipal enviará, até 15.10.96, a proposta orçamentária a Câmara Municipal, que o apreciará e o devolverá para sanção até o dia 30.11.96.

_ 1º: A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

_ 2º: Se o Projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 1997, fica o Executivo Municipal autorizado, a executar a Proposta Orçamentária na forma original, atualizada nos termos do _ 1º, do Artigo 3º desta Lei, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária anual.

_ 3º: Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária anual, mediante abertura de Créditos Suplementares, através de Decretos do Poder Executivo.

Art.12º: O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá a seleção das prioridades dentre as relacionadas no anexo único integrante desta Lei.

_ Único: Poderão ser incluídos programas não relacionados no anexo único, desde que financiados com recursos de outras esferas de governo.

Art.13º: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.14º: Revogam-se as disposições em contrário.

Angelina, 24 de maio de 1996.

Ailton Laudelino Andrade
PREFEITO MUNICIPAL